

ANEXO III

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORINEA – SP

A empresa sediada na Rua (...), cidade,(...) estado, (...)por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do PREGÃO NA FORMA ELETRONICA Nº XX/2025 , declara expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

- a) DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP/EQUIPARADAS, O Empresário XX, estabelecido na XX, CEP: XXXXXXXX, requer a Vossa Senhoria a juntada do presente instrumento e declara, sob as penas da lei, que se enquadra na condição de tratamento diferenciado, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 (com nova redação dada pela lei complementar nº147/2014);
- b) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- c) Declara que em acordo com o decreto nº 4.358/02, de que a mesma cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e no inciso V do art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021, não possuindo em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº. 9.854/99);
- d) Detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital supra;
- e) Declara, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- f) Declara que não possuir em seus quadros, empregados que sejam conjugues, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros vinculados à Instituição responsável pelo certame licitatório, para fins

do disposta na Resolução nº 9 de 6 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça;

- g) Declara que, no Processo Licitatório nº ____/2025 – (modalidade) Eletrônica nº ____/2025, sob as penas da Lei, que a atividade de maior receita da empresa é a _____, conforme informado no CNAE;
- h) *Declara* de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- i) Em relação a: **OBSERVÂNCIA DO LIMITE DE RECEITA BRUTA PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, para fins de cumprimento do disposto no § 2º do artigo 48 da Lei nº 14.133/2021, declara expressamente que:
- i. No ano-calendário da presente licitação, **ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte**, conforme os limites definidos na Lei Complementar nº 123/2006 (com nova redação dada pela lei complementar nº 147/2014);
 - ii. Está, portanto, apta a usufruir dos benefícios previstos na referida legislação, especialmente no que tange ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado conferido às microempresas e empresas de pequeno porte;
 - iii. Compromete-se a comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer alteração que implique o desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou que implique a ultrapassagem do limite de receita bruta estipulado legalmente.
 - iv. Declara, ainda, estar ciente de que a falsidade desta declaração poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na legislação vigente, incluindo a inabilitação para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais cominações legais.

Cidade, xx/xx/2025

Responsável